



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### CONCLUSÃO

Em 24/03/2015 17:10:01, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.

Eu, \_\_\_\_\_, Escr., subscrevi.

### SENTENÇA

Processo nº: **0007322-08.2012.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Auxílio-Acidente (Art. 86)**  
 Requerente: **Celia Aparecido Romero Cardoso**  
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

**Célia Aparecida Romero Cardoso** move ação em face do **Instituto Nacional do Seguro Social**, alegando que trabalhava como operadora de máquina B, na atual Faber Castell, desde 01.11.1991 até que foi acometida de LER/DORT (síndrome do túnel do carpo punho direito e tendinite). A comunicação ao réu se deu em 10.09.1996. No exercício do trabalho sempre prevaleceu a realização de movimentos repetitivos, com a elevação dos braços para abastecer as máquinas, carregando caixas com sete grosas de lápis. Já trabalhara na Faber Castell em três outras oportunidades. Ao longo do vínculo a autora submeteu-se a duas cirurgias. Depois do retorno a autora foi trabalhar como embaladora. Nos dias atuais, o mínimo movimento dos braços para os lados ou para cima só é possível à custa de muita dor. Está presente o nexo causal entre as tarefas desempenhadas e o quadro clínico apontado. Dentro dos estágios da LER, o da autora é aquele que justifica o reconhecimento de uma incapacidade parcial e definitiva; recidivas já aconteceram quer ainda porque as dores persistem, incomodando o sono da autora algumas das vezes. Pede a procedência da ação para condenar o réu a lhe prestar auxílio acidente com 50% e demais consectários, com início no dia seguinte ao da alta médica, observada a prescrição quinquenal; pede a transformação do auxílio doença previdenciário em acidentário nos períodos em que o nexo causal não foi reconhecido no âmbito administrativo. Documentos às fls. 13/49.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

O réu foi citado: fl. 56. Documentos às fls. 58/88. O réu contestou às fls. 90/96 dizendo que a autora jamais sofreu remanejamento das funções, rebaixamentos salariais e agravos semelhantes. Trabalhou três décadas para a Faber Castell, incólume. Ausentes os requisitos para a concessão do auxílio acidente. A autora não perdeu sua capacidade laborativa. Improcede a demanda.

Documentos às fls. 101/111, 120/135 e 141. Laudo pericial às fls. 143/149. A autora impugnou o laudo às fls. 158/164 e apresentou a crítica de fls. 165/178. Manifestação do INSS às fls. 183/184. Esclarecimento da perita às fls. 194/195. Apenas a autora apresentou o memorial (fls. 216/224) e reiterou os seus anteriores pronunciamentos. Foi convertido o julgamento em diligência para os fins especificados a fl. 229, e a resposta foi dada às fls. 243 e 258.

É o relatório. Fundamento e decido.

A autora trabalhou na empresa Lápis Johann Faber S/A nos seguintes períodos: de 16.01.1979 a 07.05.1981 (fl. 14), como auxiliar de produção; de 12.03.1986 a 02.07.1987, auxiliar de produção; de 28.08.1989 a 06.10.1989, exercendo as funções de empacotadora (fl. 15); de 01.11.1991 em diante como operadora de máquinas B, conforme fl. 16.

A CAT de fl. 59 enfatiza que a autora estava acometida de doença profissional (ocupacional), por esforços repetitivos (LER) e recebeu auxílio doença profissional a partir de 10.09.1996 (fls. 17/18) até 1997.

A empregadora da autora Faber-Castell exibiu às fls. 120/135 cópias do laudo análise ergonômica, laudo técnico de condições ambientais do trabalho e a relação da evolução salarial da autora durante todo o vínculo laboral.

O laudo pericial de fls. 144/148 no inciso III de fl. 146, “diagnose”, destacou: “Síndrome do Túnel do Carpo Bilateral – operada previamente e sem sequela funcional incapacitante a ser considerada; Tendinopatia Ombro Esquerdo – segmento não dominante (quadro degenerativo). Lesão do Manguito Rotador à Esquerda: em tratamento clínico”.

Depois do estudo do nexa causal (inciso IV de fls. 146/147), a perita concluiu que “o quadro apresentado pela autora no membro superior esquerdo (segmento não dominante, pois a autora é destra) é por certo de etiologia degenerativa, mas há necessidade de perícia técnica



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

(laudo ambiental) para sua confirmação (ou não). Quanto à lesão em Manqueto Rotador à Esquerda e até resolução cirúrgica que esse quadro impõe, a restrição apresentada pela autora é apenas relativa à realização de atividade laborativa que demande sobrecarga física ao membro superior esquerdo e/ou realização de movimentos repetitivos com ombro/braço com emprego de força muscular, estando apta a demais atividades dentro de sua função profissional habitual de operadora de máquinas. Quanto ao quadro devidamente tratado e operado relativo ao túnel do carpo bilateral, pode-se afirmar que não há sequela funcional incapacitante a ser considerada, estando a autora apta ao seu ofício habitual, assim como no presente exame médico pericial não se constatou sinais de tendinite dos grupos musculares do antebraço/punho”.

A Faber-Castell informou às fls. 243 que a autora “não passou por processo de reabilitação profissional, conforme determina a Lei 8.213/91 – artigo 89”. Às fls. 130/133 essa empregadora descreveu detalhadamente as atividades realizadas pela autora desde 01.11.1991. Sem dúvida que essas atividades se enquadram no conceito de “ESFORÇOS REPETITIVOS”.

Manifestamente desnecessária a recomendação da i. perita lançada a fl. 147 “quanto à necessidade de perícia técnica (laudo ambiental) para sua confirmação (ou não)”. Evidente que a etiologia da autora, no membro superior esquerdo, é compatível com LER/DORT (lesão por esforços repetitivos ou distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho). A própria empregadora na CAT de fl. 59 reconheceu a doença profissional-ocupacional da autora. O trabalho desenvolvido por esta durante décadas sempre foi predominantemente manual e repetitivo. Mesmo depois da cessação do auxílio doença acidentário, teve que se afastar por inúmeros períodos.

Impõe-se o reconhecimento do nexa causal e a incapacidade parcial permanente da autora, impossibilitada que está de continuar exercendo as atividades repetitivas descritas de modo detalhado às fls. 130/132. Segundo o entendimento do TJSP no v. acórdão proferido na apelação n. 994060881001, relator Desembargador Amaral Vieira: “a sequela acidentária exigente de maior esforço representa um dos graus de incapacidade que pode afligir um obreiro, e embora seja um menor deles, é indenizável, vez que o caput do artigo 86 não condiciona a redução da capacidade a este ou àquele grau, limitando-se a assegurar o auxílio-acidente aos segurados cujas sequelas acidentárias impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia”.

A autora faz jus ao recebimento do auxílio-acidente de 50% (bem como no correspondente abono anual, conforme artigo 40, da Lei 8.213/91) a partir do dia subsequente ao



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

da cessação do auxílio-doença acidentário, conforme dispõe o artigo 86, § 2º, da Lei 8.213/91, c.c. o artigo 104, § 6º, do Decreto n. 3.084/99.

Esta ação foi ajuizada em 27.03.2012. As prestações do auxílio acidente anteriores a 27.03.2007 foram consumidas pela prescrição quinquenal, aspecto ressalvado pela autora na letra “E” de fl. 08.

Os juros de mora (iguais ao da poupança, conforme Lei n. 11.960/09 e EC n. 62/09) incidem a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença acidentário e devem ser calculados sobre as prestações em atraso englobadamente até a citação e após, mês a mês, de forma decrescente, orientando-se pelos índices determinados pelo artigo 1º-F, da Lei n. 9.494/97, com a redação dada pela Lei n. 11.960/09. Os índices de juros da caderneta de poupança se tornaram variáveis pela MP n. 567/12, razão pela qual não há que se estabelecer percentual fixo de 0,5% para relacioná-lo à caderneta de poupança, sob pena de incorrer em contradição.

A correção monetária incidente sobre os valores em atraso será aplicada pelo IGP/DI (Lei n. 9.711/98) até o cálculo de liquidação, e depois o IPCA-E nos termos do entendimento do STJ, qualificado como repetitivo e representativo de controvérsia: REsp n. 1.102.484-SP, j. 22.04.2009.

Os honorários advocatícios a cargo do INSS são fixados em 15% sobre as prestações vencidas até a data desta sentença, nos termos da Súmula 111 do STJ.

**JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora, a título de auxílio-acidente, 50% do salário de benefício a partir do 1º dia subsequente ao da cessação do auxílio-doença acidentário e abono anual. Foram consumidas pela prescrição quinquenal as prestações vencidas antes de 27.03.2007. Os valores em atraso serão atualizados pelo IGP/DI (Lei n. 9.711/98) até o cálculo de liquidação, e depois o IPCA-E; juros de mora incidirão nos termos do artigo 1º-F, da Lei 9.494/97, nos moldes acima especificados. Condeno o réu a pagar à autora 15% de honorários advocatícios sobre o valor das prestações vencidas até a data desta sentença. Esta sentença sujeitar-se-á ao reexame necessário (Súmula 490, do STJ).

P.R.I.

São Carlos, 06 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**